

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0002395-33.2009.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Requerente: **Miner Fund Industrial e Comercial Ltda e outro**
 Requerido: **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISEGUIMENTOS NPL IPANEMA II**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 29 de maio de 2015, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.
Dr. MILTON COUTINHO GORDO.
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.
 Processo nº 2344/11

VISTOS

MINER FUND INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA e CLEBERSON PEDROSO TURSSI opuseram os presentes **EMBARGOS À EXECUÇÃO (nº 1027/2009)** que lhes move **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A.**

Sustentaram, em síntese, que antes de ajuizada a execução haviam interposto uma ação revisional de contrato discutindo toda a relação negocial firmada entre as partes, inclusive o título exequendo – cédula de crédito nº 6160715-0 (processo nº 1328/09, em trâmite perante essa 1ª Vara Cível); que referido título é ilíquido, pois há cobrança indevida de juros abusivos, capitalização mensal e comissão de permanência. Discorrendo sobre a teoria da lesão enorme, pediram a procedência dos embargos e juntou documentos.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Devidamente citado, o embargado impugnou as alegações ponderando os embargantes estão em débito e que todos os valores e encargos cobrados foram pactuados previamente no ato da celebração do contrato, que foi assinado livremente pelas partes.

Manifestação a impugnação às fls. 242 e ss.

Pela decisão de fls. 275/276 os autos foram redistribuídos a esta 1ª Vara Cível.

As partes foram instadas a produzir provas e permaneceram inertes (cf. fls. 279).

O laudo pericial elaborado no processo 1328/09, que motivou a redistribuição destes, foi carreado a fls. 296 e ss.

Manifestação os embargantes às fls. 337/338; o embargado permaneceu inerte (fls. 339).

Cópia da sentença proferida nos autos supra mencionados foi carreada a fls. 349/357.

Declarada encerrada a instrução, as partes apresentaram memoriais às fls. 371/376 e 384/385.

O julgamento foi convertido em diligência e, na sequência, foi deferida a substituição do polo passivo (fls. 446).

As fls. 448 e ss. foi encartada cópia de decisão em autos de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

REVISIONAL DE CONTRATO entre as partes deste processo.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Na petição inicial os embargantes deixaram claro que a demanda revisional nº 1328/2009 – desta Vara – se prestava a discutir “literalmente toda a relação negocial firmada entre as partes”, ou, ainda, “a revisão de todos os contratos lançados no bojo da relação negocial originária (conta corrente gizada) desde a abertura até os últimos lançamentos e entre eles a “CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 6160715-0 que instrui a presente ação de execução” (textual fls. 05).

Embora não estejam negando a dívida, os embargantes pretendem o recálculo de seu débito de acordo com aquilo que entendem devido.

A inicial desta LIDE, em suma, é praticamente uma reprodução do feito revisional.

É ônus daquele que se opõe à cobrança impugnar **especificamente** os valores cobrados, indicando (após análise) as cláusulas contratuais que entende ilegítimas e demonstrando que houve **descumprimento da avença/Lei**.

No caso, nada disso foi providenciado.

As embargantes, inclusive, mostraram desinteresse,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

permanecendo inertes ao comando que as instava à produção de prova (fls. 279).

A tese desenvolvida pela embargante de que a dívida estampada no contrato exequendo decorre de encadeamento de negociações do tipo “mata mata”, gerando a prática ilegal do anatocismo e importando para a instituição financeira um lucro extraordinário (*spread* abusivo) acabou rechaçado nos dois graus de jurisdição a que foi submetida a LIDE REVISIONAL (cf. fls. 349/357 e 448/452).

Optando por realizar pagamento parcial de débito voluntariamente assumido, ou nada pagar, ou mesmo contrair novo débito para quitar o anterior, o devedor deve **submeter-se ao pactuado**, principalmente no que diz respeito à cobrança de juros e outros encargos de inadimplência.

* * *

O tema, que envolve a legalidade da capitalização de juros remete à data da contratação, vale dizer, impõe indispensável verificar se o(s) contrato(s) foi(aram) firmado(s) entre as partes antes ou após a edição da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30/03/2000.

No caso *sub examine*, o contrato exequendo (cédula de crédito bancário – empréstimo parcelado nº 6160715-0) especificado a fls. 214 e ss foi assinado em 29/05/2008, ou seja, inteiramente após a edição da Medida Provisória, o que torna possível a **capitalização de juros**.

Tal medida provisória foi reeditada pelo nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001 e esta, em seu art. 5º, caput, passou a autorizar a capitalização dos juros cobrados pelas instituições financeiras, nos seguintes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

termos: "Nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é admissível a capitalização de juros com a periodicidade inferior a um ano".

Essa Medida Provisória, por força do art. 2ª da Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001, vigorará com força de lei até que a medida provisória ulterior a revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.

Nesse sentido é a decisão do MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator no RESP n. 1.171.133, STJ:

Com relação à capitalização, a 2ª Seção, ao apreciar o REsp n. 602.068/RS, entendeu que somente nos contratos firmados após 31.03.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17, revigorada pela MP n. 2.170-36, em vigência graças ao art. 2º da Emenda Constitucional n. 32/2001, é admissível a capitalização dos juros em período inferior a um ano. Acresça-se que é inaplicável aos contratos firmados com as entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional a periodicidade estabelecida no art. 591 do novo Código Civil, porquanto sujeita ao art. 5º das citadas Medidas Provisórias, que possui caráter de lei especial (3ª Turma, Resp n. 821.357/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, por maioria, julgado em 23.08.2007; 4ª Turma, AgR-REsp n. 714.510/RS, Rel. Min. Jorge Scartezini, unânime, DJU de 22.08.2005; e Resp n. 890.460/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, julgado em 18.12.2007).

Reconhecendo a legalidade da capitalização dos juros remuneratórios em periodicidade inferior a um ano nos contratos bancários celebrados após a MP 1.963-17 (publicada em 31/03/2000 e revigorada pela MP 2.170-36, de 23/08/2001), segue acórdão do E. Superior Tribunal de Justiça, a quem cabe, em âmbito nacional, interpretar e uniformizar o direito infraconstitucional:

Processo civil. Agravo interno. Ação revisional de contrato bancário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Agravo improvido.

1 – o fato de as taxas de juros excederem o limite de 12% ao ano, por sim, não implica abusividade; impõe-se sua redução, tão-somente quando comprovado que discrepantes em relação à taxa de mercado para operações da mesma espécie.

II – nas operações realizadas pelas instituições financeiras permite-se a capitalização dos juros na periodicidade mensal quando pactuada, desde que celebradas a partir da publicação da Medida Provisória nº 1.963-17 (31.3.00).

III – Agravo improvido (STJ, 3ª Turma, AgRg no REsp 879.902-RS, Reg. 2006/0185798-7, j. 19.06.2008, vu, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe 01/07/2008).

Ainda sobre o tema cabe citar o seguinte aresto, relativo a caso análogo desta Vara: Apel. nº 7.105.422-5, julgado em 14/02 do corrente pela 17ª Câm. de D. Privado do TJSP, cuja ementa é a seguinte:

Juros – Contrato bancário – incidência da Lei n. 4595/64, da qual resulta não mais existir para as instituições financeiras a restrição constante da Lei de Usura, devendo prevalecer o entendimento consagrado na Súmula nº. 596 do Supremo Tribunal Federal, obedecida à taxa média de mercado - Recurso Provido. JUROS - Anatocismo - instituições financeiras - Circunstância em que não está evidenciada a prática de juros capitalizados por parte do apelado - Consideração de que mesmo se o anatocismo estivesse evidenciado, este não seria irregular, pois seria aplicável ao caso dos autos a Medida Provisória nº. 1.963- 17/2000 (reeditada sob o nº. 2.170/36), que admite a capitalização mensal dos juros nos contratos bancários celebrados após a sua vigência - no caso dos autos, sendo o contrato firmado em data anterior, não há que se falar em autorização para capitalização, mas em inexistência de capitalização ilegal - Recurso Provido. AGRAVO RETIDO - não reiterados os seus termos, nas razões de apelação - por outro lado, proferido julgamento que favorece o agravante, sendo desnecessária a complementação da perícia - Agravo Prejudicado. - APELAÇÃO Nº 7.105.422-5, da Comarca de SÃO CARLOS, sendo apelante BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S.A. e apelado EZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

EQUIPAMENTOS LTDA.

Por fim, como já definido no acórdão da “revisional” a vedação ao *spread* elevado (rentabilidade da operação financeira, medida pelo diferencial entre os juros de captação e da aplicação) não alcança operações realizadas com agentes do sistema nacional, entre os quais se enquadra o banco exequente, consoante a Sum. 596 do C. STF: “as disposições do Decreto n. 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional”. Por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura, podendo inclusive sofrer variação de acordo com a taxa de mercado.

* * *

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial.

Sucumbentes, arcarão as embargantes com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor dado à causa.

P. R. I.

São Carlos, 19 de agosto de 2015.

0002395-33.2009.8.26.0233 - lauda 7



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**